BOLETIM
APCEF/SP
DIEESE

DIEESE – Subseção APCEF/SP
Informe semanal – nº 219 – 13 de junho de 2019

Execução orçamentária da União em 2018

A Secretaria do Tesouro Nacional publicou relatório em que contabiliza total da execução orçamentária da União, em 2018, de R$ 2,2 trilhões. Desse montante, foram destinados R$ 589,5 bilhões à rubrica Benefícios Previdenciários, R$ 294,5 bilhões a Pessoal e Encargos Sociais, R$ 279,5 bilhões aos juros e encargos da dívida pública, além de R$ 336,1 bilhões à sua amortização.

Tabela 1 – Execução orçamentária da União em 2018 - valores em mil R$

Despesas empenhadas em 2018 - Valores em mil R$		em relação ao total
1 - total das despesas (exceto intraorçamentárias)- (2+6)	**2.263.769.795**	
2 - Despesas corrente (3+4+5)	**1.815.763.094**	**80,2%**
3 - Pessoal e encargos sociais	**294.585.629**	**13%**
4 - juros e encargos da dívida	**279.593.978**	**12%**
5 - Outras despesas correntes	**1.241.583.487**	**55%**
5.1 - transferências a estados, DF e municípios	*350.488.934*	*15%*
5.2 -Benefícios previdenciários	*589.512.727*	*26%*
5.3 Demais despesas correntes	*301.581.826*	*13%*
6 - despesas de capital	**448.006.701**	**20%**
6.1 - investimentos	*44.044.461*	*2%*
6.2 -inversões financeiras	*67.798.882*	*3%*
6.3 - amortização da dívida	*336.163.358*	*15%*

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Dívida pública: quando os bilhões passam do trilhão

Juros, encargos e amortização da dívida pública totalizam R$ 615 bilhões (Tabela 1). Mas, em verdade, tal dívida consome muito mais que isso. Além desses valores, há os R$ 450,2 bilhões destinados à "amortização da dívida – refinanciamento". Somados, os detentores de títulos viram em 2018 R$ 1,065 trilhão. Refinanciamento é o resgate de um título em troca de outro. Pague-se a alguém com o empréstimo tomado desse mesmo alguém ou, quando muito, de outrem. A dívida não é contraída para investimentos, financiamentos, aquisições, mas para sua própria rolagem. Ela custa bem mais que os R$ 589 bilhões em benefícios previdenciários. A diferença é que a dívida, tida como sagrada, nunca auditada embora questionada, é rolada para alguns poucos milhares e a previdência sustenta milhões de cidadãos. Na hora de cortar, pretende-se cortar previdência.

Tabela 2 – Execução orçamentária destinada à dívida pública federal

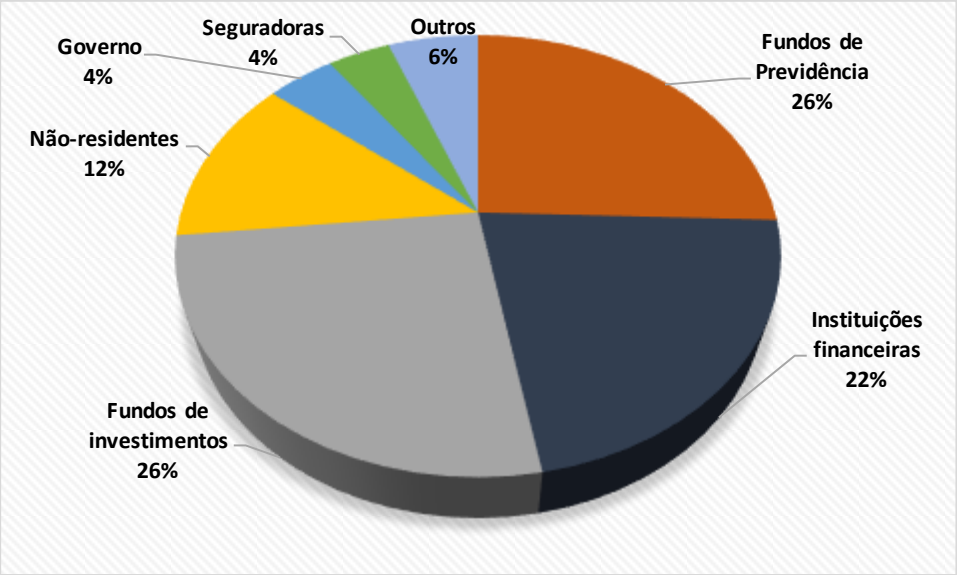
total destinado à dívida pública - em Mil R$ - ano 2018	**1.065.996.075**
amortização da dívida - refinanciamento	450.238.739
juros e encargos da dívida	279.593.978
amortização da dívida	336.163.358

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Os detentores e a dívida feita para não ser paga

Do total de R$ 3,723 trilhões da dívida pública mobiliária federal, base abril de 2019, quase metade está nas carteiras de fundos de investimentos e fundos de previdência. Indiretamente, é R$ 1,9 trilhão, sob a sombra do risco soberano, circulando entre as instituições financeiras que, em sua própria carteira, detêm outros R$ 806 bilhões. A dívida, vale repetir questionada mas nunca auditada, não é feita para ser paga: é feita para crescer, alimentada que é de si mesma.

Gráfico 1 – detentores da dívida pública mobiliária federal – abril de 2019



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional